



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria
Fone: (71) 3186-0001

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2024, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DO REFEITÓRIO DO CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO** E A EMPRESA **RAMOS & ARAÚJO ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, com sede na Rua do Rouxinol, 115, Imbuí, na cidade de Salvador, Bahia, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.724.903/0001-79, representado pelo Sr. **Rodney Alves Barbosa**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 29.039-00 nomeado, pela Portaria de 02/02/2026, publicado no DOU de 27/01/2026, Seção 2, página 22 e de acordo com as disposições na Lei nº 11.892, de 29/12/2008, e na Lei nº 8.112/1990, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **Ramos & Araujo Engenharia & Consultoria Ltda**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.393.072/0001-30 sediado na Rua Ivo Mascarenhas, nº 114, Casa, Bairro: Cruzeiro, CEP:48.730-000 Conceição do Coite/BA, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo Sr. **Maicon Vinícius Ramos Gonçalves**, Sócio da empresa, portador do RG: XX.XXX.X27-80 e CPF: XXX.XXX.325-99, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23337.25236.2024-71** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 90009/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento será de **ACRÉSCIMO DE VALORES e PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA** do Contrato com a empresa do ramo de engenharia para execução da obra de construção do Refeitório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano/Campus Governador Mangabeira

1.2 Objeto do contrato:

1.2.1 as adequações propostas ensejam acréscimo no preço final da obra conforme memória de cálculo abaixo:

--

Item	Especificação	Und	Quant.	Valor Unitário
01	Execução da obra de construção do Refeitório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Governador Mangabeira.	SVC	01	R\$1.544.545,42

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO DOS PREÇOS

Valor do Contrato R\$ 1.544.545,42	
Valor do Acréscimo	17,59%
R\$ 271.691,32	
Valor atualizado do Contrato	R\$1.816.236,74

2.1. O valor total deste Termo Aditivo após o acréscimo de 17,59% será de **R\$ 271.691,32 (Duzentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e um real e trinta e dois centavos)**.

2.2. O valor total do contrato atualizado passará para **R\$ 1.816.236,74 (Um milhão, oitocentos e dezesseis reais, duzentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos)**.

2.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo único: Histórico do Contrato

Instrumento Contratual	Valor	Acréscimo %
Contrato Inicial	R\$ 1.544.545,42	
1º Termo Aditivo de acréscimo e vigência	R\$ 1.816.236,74	17,59%
Valor total do acréscimo		17,59%

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O prazo inicial de vigência, será prorrogado por mais **180 (cento e oitenta) dias, com vigência de 07/01/2027 a 06/07/2027**.

3.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.3 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder

público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Programa de Trabalho nº: 12363511215R40001

- Elemento de Despesa nº: 449051

- Fonte de Recurso nº: 1000A0008U

- PTRES nº.: 229566

- Nota de empenho: 2026NE00067

4.2. A dotação relava aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO E REAJUSTE

5.1. Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato Original e resguardado o direito de reajuste de preços, conforme a variação do Índice Nacional de Custo de Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade seguro-garantia, em valor correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

6.2. A contratação conta com garantia de execução, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 30% (trinta por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

6.2.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

6.2.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.

b) Acompanhar a execução do contrato principal.

c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.

d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

6.2.3 A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

6.2.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

6.2.5 Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.

b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da

importância segurada indicada na apólice.

6.3. Para a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6. deste contrato.

6.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

6.7.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7., observada a legislação que rege a matéria.

6.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.11 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.11.1 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

6.11.2. Na modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

6.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei n.º 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – FORO

8.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Bahia- Justiça Federal. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Apostilamento foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes eletronicamente.

(Assinatura digital)

CONTRATANTE: **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAIANO**

CONTRATANTE: **RAMOS & ARAÚJO ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA**

TESTEMUNHAS:

1. NOME/CPF/Nº RG

2. NOME/CPF/Nº RG

Documento assinado eletronicamente por:

- **Claudia de Almeida Rivas Alonso, CHEFE - FG1 - RET-CCONV**, em 30/04/2026 21:29:51.
- **Maicon Vinicius Ramos Gonçalves, Maicon Vinicius Ramos Gonçalves - 123105 - Diretor administrativo - Ramos & Araujo Engenharia & Consultoria Ltda (26393072000130)**, em 04/05/2026 12:25:47.
- **Rodney Alves Barbosa, REITOR(A) - SUBSTITUTOCDO1 - RET**, em 04/05/2026 22:21:45.
- **Josemary Barbosa da Silva D Utra, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 07/05/2026 09:51:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 819135
Verificador: 391292d30a
**Código de
Autenticação:**

